

Subindo as escadas desta Casa revivi os tempos inolvidáveis da vida acadêmica, dos melhores que já vivi. As boas recordações da convivência agradável com os colegas, da efervescência das discussões acadêmicas e políticas, no conhecimento sempre crescente do Direito, ciência imprescindível à realização da justiça, ideal da comunidade.

E vir aqui para falar de um personagem que pontificou nesta augusta Casa, é motivo de intenso júbilo para quem credita à velha escola, templo do saber jurídico, a realização de seus ideais de servir à grande nação de que somos todos filhos.

Conheci Orlando Gomes na minha infância, mexendo nas chapas dos candidatos apresentados pela União Democrática Nacional às eleições livres de 1946. Perguntei a meu pai quem era o candidato a Senador.

Disse-me que se tratava de brilhante professor de direito e advogado, com marcante participação política nos quadros da Aliança Liberal, em defesa das liberdades públicas.

O eleitorado, equivocadamente, lhe negou a carreira política, mantida, porém, e sempre, a vocação constante de servir à causa pública no labor nobre de ensinar a ciência do direito.

Aluno brilhante dos Maristas e laureado universitário bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Bahia em 8.12.1930, aos 21 anos de idade, já em 1933, por concurso, obteve o título de docente livre da cadeira de Introdução à Ciência do Direito. Em 1934, foi nomeado professor da Faculdade de Ciências Econômicas, na cátedra de Instituição de Direito Social. No ano seguinte,

começou a lecionar Direito Civil, na Faculdade de Direito da Bahia, e em 1936, acumulando, Direito do Trabalho, que ensinou até 1956. Catedrático de Direito Civil por concurso, no qual mereceu aprovação com distinção, Orlando Gomes desde cedo despertou, nos seus alunos, respeito e admiração, pela notável didática, cultura e irrepreensível lógica.

Não foi meu professor no bacharelado. Mantivemos, porém, contatos constantes na Diretoria da Faculdade e na Vice-Reitoria, no exercício de cargos diretivos do Centro Acadêmico Rui Barbosa - CARB - e da União dos Estudantes da Bahia.

À época, a política universitária fervilhava. Presidia a República o Dr. Juscelino Kubitschek. Na Bahia, o general Juracy Magalhães era o governador.

Os estudantes não aprovavam a condução político-administrativa da Universidade, que não prestigiava os melhores professores e alunos. Lutavam pela reforma de Universidade, pela abolição da cátedra, pela realização de concursos públicos e substituição de professores desatualizados, diálogo permanente com o corpo docente, melhoria de atendimento aos estudantes pobres com bolsas, ampliação do número de residentes, alimentação e assistência médica e odontológica.

Mas não se limitavam os jovens aos pleitos universitários ou secundaristas. Não. Lutavam sobretudo pela defesa dos interesses nacionais, pela industrialização e contra a exploração da população carente. Sucediavam-se as passeatas com as inevitáveis paralisações no tráfego, então espremido na Avenida Sete de Setembro. Os confrontos com os defensores da ordem eram freqüentes. Combatia-se pela exploração do petróleo e geração de energia. Empolgavam a juventude os slogans do "O Petróleo é nosso", "O povo unido jamais será vencido". Enfim, era a manifestação exacerbada do "nacionalismo de esquerda", do altruísmo empolgador da juventude em todos os tempos.

Orlando Gomes, socialista democrático, correligionário de João Mangabeira, discordava, com bonomia, apontando incoerências na ação política da juventude impregnada das ideologias libertárias, paradoxalmente supressoras das liberdades públicas. Apontava equívocos, discordava da oposição à obra encetada pelo Magnífico Reitor Edgar Santos, tudo fazendo com veemência cordial. No fundo, aplaudia a rebeldia, ele que fora um dos ativistas, defensor das liberdades públicas ameaçadas e da dignidade bahiana, na célebre assembléia realizada na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, da qual saiu preso juntamente com o seu amigo Nelson Carneiro.

Democrata, já professor festejado, freqüentou a casa de detenção por 40 dias, preso que foi a 15 de novembro de 1937, cinco dias após o golpe getulista do Estado Novo.

Concordava, no íntimo, o mestre, com as inquietações altruísticas da juventude, cuja maioria era composta de democratas, liberais e sociais democratas, aspirantes à realização do bem comum na senda do socialismo democrático defendido pelo incomparável João Mangabeira.

Venceram os estudantes a quebra de braço com a Reitoria. Substituídos os dirigentes, mas não esquecida a obra realizada, reconhecida pelos rebeldes de ontem como não igualada.

A oposição, contudo, era limitada apenas ao administrador. Afinal, é da tradição das raças latinas a oposição ao poder, inspiradora do anarquismo - "Hay governo, soy contra".

O professor dedicado, notável expositor, era querido e gabado por seus alunos. Era, mesmo, uma unanimidade o excepcional conceito que sempre desfrutou no corpo discente.

A clareza da exposição e a lógica do raciocínio, comprimidos no tempo "como se tivesse um relógio na cabeça e uma bússola na mão",

como precisou Antunes Varela, o pedagogo notável abria os cérebros juvenis conduzindo-os, com rara maestria, ao saber jurídico. Assisti, de longe, ao início algumas de suas aulas. No quadro-negro escrevia, com boa caligrafia, a síntese do ponto a tratar. E, com dicção adequada, no mesmo tom, discorria sobre o instituto jurídico com exame crítico pessoal, incutindo nos jovens a necessidade de pensar o direito como ciência indispensável à convivência humana e, por isso mesmo, agitando idéias e concitando ao debate.

Profundo conhecedor do Direito Civil, manifestava as suas discordâncias com vetustas teorias e doutrinas, após ensiná-las, convocando os ouvintes à reflexão. Estimulava o debate, a discussão das idéias e mesmo a crítica do seu pensamento.

O fato é que, após as suas didáticas preleções, diziam todos os alunos saber o ponto ou, os mais estudiosos (CDF, como se dizia), afirmavam a compreensão do tema que lhes permitiria estudar com profundidade.

Professor integralmente dedicado ao ofício meritório, Orlando Gomes não se limitava à sala de aula. Escreveu aos borbotões. Livros, pareceres, arrazoados, artigos, impressiona a vastidão da sua obra, como proclamou o eminente Ministro e jurisconsulto José Carlos Moreira Alves no artigo "Orlando Gomes e o Direito Civil", publicado na Revista de Direito Civil n. 62, 6/18.

Afastado da política militante, foi advogado, professor, empresário e escritor.

Empertigado, altivo, elegante, invariavelmente trajando o linho S120 bem engomado, de porte esbelto, vejo-o recordado pelo seu filho Marcelo, Orlando Gomes foi um advogado zeloso do juramento. Não procrastinava os feitos e defendia, com denodo, as causas que abraçava.

Não praticava ato de chicana processual e estava sempre pronto a discutir a solução da lide.

Reencontramo-nos no diálogo profissional. Em duas outras oportunidades estivemos em campos opostos na liça forense, como advogados, e enfrentando o parecerista consciencioso, que recusava emitir opinião quando discordava do interesse jurídico do consulente. Num caso rumoroso, em que se discutia a natureza jurídica de um contrato, recordo-me, o mestre defendera a condição de agente de meu cliente, que eu dizia empregado subordinado, e a Justiça do Trabalho assim o definiu. Conversando com ele, no seu escritório, defendeu a sua opinião acentuando que o contrato celebrado entre as partes era de feição mista de agente e depósito. Contra-argUMENTEI, já vitorioso na lide trabalhista, que o parecer era primoroso, mas as informações transmitidas pelo consulente não eram reais, o que conduziu a Justiça do Trabalho, cuja ciência muito lhe deve, a reconhecer o traço da subordinação, característica da relação de trabalho, como proficientemente ensinou na "Introdução ao Direito do Trabalho" e no "Curso de Direito do Trabalho", que escreveu com Élson Gottschalk. Concordou, ao final do papo agradável, que as informações prestadas deliravam da realidade fática. Foram muito proveitosos esses diálogos, pois me proporcionaram, em seguida, a recomendação do meu nome a um de seus clientes para defender uma causa no interior. A condição de advogado da Petrobrás me impediu de aceitá-la.

Reencontrei-o na sala de aula, no curso de mestrado em direito, já alcançado pela indesejada compulsória, privadora da juventude acadêmica das lições do notável pedagogo. Instalado graças à pertinácia do dedicado mestre, preocupado com o desestímulo de vocações docentes e o declínio mesmo do prestígio da nobilíssima escola, construído por uma plêiade de notáveis juristas, a ele se dedicou com a gana de um afogado, retirado, a contragosto, de seu ofício.

No curso me inscrevi como aluno ouvinte, por insistência do Professor Hermano Machado.

Abeirava, àquela altura, os quarenta e seis anos de vida. Estávamos à noite no Bahia British Club, quando o nosso amigo Machado deu a notícia da criação do mestrado em Direito Econômico, de que era o coordenador, informando que o nosso caro mestre e amigo Luiz de Pinho Pedreira, recém-aposentado no cargo de juiz do Trabalho no Tribunal Regional da 5ª Região, e Orlando Gomes seriam professores contratados. Exortou, então, a que os amigos advogados se inscrevessem para ajudar no reflorescimento do prestígio nacional da velha faculdade. Disse-nos que não precisaríamos de nos submeter a concurso de admissão se nos inscrevêssemos como alunos ouvintes, podendo escolher as cadeiras que desejássemos, no limite máximo de duas especialidades do direito.

Inscrevi-me em Direito do Trabalho e Direito Econômico para ter a oportunidade de recordar e aprender com os dois renomados mestres. E eram magníficas as aulas. Aprendi, ouvindo exposições claras e precisas, o que ocorria de novo no mundo do direito, particularmente no campo das novas formas de contratar, que invadem a vida econômica nacional globalizada. *Leasing*, contratos de massa, seguro, construções de fábricas com projetos fechados, contratos de transporte, enfim, a cada aula uma torrente de instituições novas do Direito Econômico, revelando a atualização cultural do mestre dedicado, sequioso de saber para transmitir, para engrandecer-se ensinando, servindo.

Após a conclusão exitosa das cadeiras como ouvinte, o professor Machado me impôs a continuar, incentivando-me a fazer as provas escrita e oral de admissão regular ao curso de mestrado. Fiz a prova escrita, logrando aprovação, e me submeti à oral, com o mestre Orlando. Perguntou-me, então, por que, não tendo antes demonstrado vocação ao professorado, já maduro conceituado advogado, me dispunha a ser aluno a fazer o mestrado. Conteí-lhe, então, os fatos ocorridos no

Clube Inglês, manifestando-lhe que me inscrevera para fazer reciclar conhecimentos com os dois mestres de direito, que não pudera ter como professores no bacharelado, e para garantir o alunado indispensável à manutenção do curso.

Tendo gostado, estava pretendendo continuar a aprender com Edvaldo Brito, Washington Trindade, Hermano Machado, Antônio Carlos Oliveira, Geraldo Sobral. Aprovado, sem perguntas, continuei a freqüentar os seminários e encontros por ele promovidos, inclusive os encontros Luso-Brasileiros. Presenciei interessantíssimas discussões jurídicas entre Orlando e Calmon de Passos em torno do grave problema da morosidade do Judiciário. Dizia o mestre, recriminando, que os advogados não perseguiram o encerramento da lide, mas a continuidade indefinida do processo. A advocacia quer o processo pelo processo. O que menos importa, dizia, é a solução da lide. E acentuava, para Calmon, que a ciência do processo deveria ser encarada como meio de solução das lides, em tempo razoável.

Foi pedagógico no mestrado. Não se preocupou apenas com o aprimoramento jurídico, mas com a formação de mestres. Destacava os mestrandos para dar aula, fixando tempo. Corrigia-os quanto à dicção e à didática. Ensinou-lhes o processo e o método de que utilizava para dar aula. Fomentava as discussões, espicaçando os divergentes, mormente os que identificava conservadores. Trouxe mestres do direito para dar aulas e debater. Foram tempos de aprendizado das novidades do direito trazidas da Europa e dos Estados Unidos pelo estudo a que se obrigara desde cedo. Exortava aos discípulos a que cuidassem de estudar as novas formas de contrato para ajudar a defini-las, integrando-as ao direito brasileiro. O contrato de *leasing*, a alienação fiduciária, o *franchising*, o *engineering*, *know-how*, o *factoring*, a empreitada, o transporte de massas, a responsabilidade civil objetiva e o contrato de seguro, o Código de Defesa do Consumidor. A cada aula uma novidade, a revelar a leitura constante dos autores franceses, ingleses, italianos, espanhóis, alemães e

russos, estes traduzidos para o espanhol ou italiano, que empreendia as primeiras horas da manhã, na metódica divisão do tempo que se impunha; a manhã para o estudo, a investigação, o ensino; a tarde para a advocacia; a noite para a família, os amigos, a televisão, como revelou seu amigo e admirador, o professor Antunes Varela. Impôs-se, sempre, rigorosa disciplina. Definindo-se ao ensaísta Jairo Simões, disse: "Fui severo nos estudos, infatigável no trabalho, grande nos afetos e sereno nas preterições".

Defensor das liberdades públicas, o professor tornou-se alvo dos totalitaristas, que o levaram às prisões e o afastaram de missões relevantes como a da redação do Código Civil. A TFP combateu tenazmente o Anteprojeto, mormente o capítulo das anulações do casamento, com o argumento de que abririam caminho à tese divorcista, destruidora da família brasileira. O divórcio, sempre defendido por Nelson Carneiro e Orlando Gomes, avançados pensadores no ramo do Direito de Família, foi aprovado e a instituição familiar permanece forte, arraigada na comunidade brasileira.

Mas o tempo, cujo uso Orlando Gomes disciplinou, conduz ao fato inexorável. Perdeu-se o mestre, o professor das aulas memoráveis, e pedagogo incomparável, o trabalhador inconformado com o ócio, a que só na doença cedeu.

Mas permanece e ficará presente nas universidades brasileiras e de Portugal pela atividade literária que empreendeu ao longo da vida. Escreveu livros, cerca de quarenta (40), alguns em colaboração com Nelson Carneiro, Élson Gottschalk e Antunes Varela, a partir do nomeado "O Voto Universitário", em 1932, seguiram-se: "O Estado e o Indivíduo", Bahia, 1933 (tese de concurso); "A Convenção Coletiva de Trabalho", Gráfica Popular, Bahia, 1936 (tese de concurso); "Direito do Trabalho", Estudos, Bahia, 1941, 2ª ed. LTR, São Paulo, 1979; "Introdução ao Direito do Trabalho", Ed. Revista Forense, Rio, 1944. (esgotada); O Salário no



Direito Brasileiro, J. Konfino, Ed. Rio, 1947 (esgotado); A crise do Direito, Max Limonad, São Paulo, 1953 (esgotado); Introdução ao Direito Civil, Forense, Rio, 1957; 7ª ed., 1987 (obra premiada pelo Instituto dos Advogados da Bahia); Direitos Reais, Ed. Rev. Forense, Rio, 1958; 10ª ed., 1978; Questões de Direito Civil, Liv. Progresso, Bahia, 1958; 4ª ed., 1976, Saraiva; Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro, Livraria Progresso, Bahia, 1958; Contratos, Forense, Rio, 1959; 11ª ed., 1987; Marx e Kelsen, Ed. Universidade da Bahia, 1959; Obrigações, Ed. Rev. Forense, Rio, 1960; 6ª ed., 1981; Direito Privado, Ed. Freitas Bastos, Rio, 1960. (esgotado); Em colaboração com Élfon Gottschalk - Curso de Direito do Trabalho, Forense, Rio, 1963; 10ª ed., 1987; Memória Justificativa do Anteprojeto de Código Civil, Imprensa Nacional, Rio, 1963; Anteprojeto do Código Civil, Imprensa Nacional, 1962. Forense, 1983; A Reforma do Código Civil, Ed. da Universidade da Bahia, 1966; Direito Econômico, Bahia, D.L. Salvador, 1975, e em colaboração com Antunes Varela, Saraiva, São Paulo, 1977; Transformações Gerais do Direito das Obrigações, Ed. Rev. Tribunais, São Paulo, 1967; 2ª ed., 1980; Em colaboração com Nelson Carneiro - Do Reconhecimento dos Filhos Adulterinos, Forense, Rio, 1952; 2ª ed., 1957; Direito de Família, Forense, Rio, 1968; 6ª ed., 1986; Sucessões, Forense, Rio, 1970; 3ª ed., 1978; Alienação Fiduciária em Garantia, Ed. Rev. Tribunais, 1970; 4ª ed., 1974; Contrato de Adesão, Ed. Rev. Tribunais, 1972; Novas Questões de Direito Civil. Saraiva, São Paulo, 1979, 2ª ed., 1988; Direito e Desenvolvimento, Ed. Universidade da Bahia, 1961; Questões de Direito do Trabalho, LTR, São Paulo, 1973; O Novo Direito de Família, Bahia, 1979, 2ª ed., Sérgio Fabris, Porto Alegre, 1984; Harengas, Bahia, 1972; Escritos Menores, Saraiva, São Paulo, 1981; Novíssimas Questões de Direito Civil, Saraiva, São Paulo, 1984, 2ª ed., 1988; Novos Estudos de Direito Civil, Forense, Rio, 1985; Ensaios de Direito Civil e de Direito do Trabalho, Aidê, Rio, 1986; Questões mais recentes de Direito Privado, São Paulo, Saraiva, 1988.

Foi mais além o escritor. Articulista, esteve sempre presente na defesa da liberdade e do progresso. Surpreendi, no "Direito Econômico", que escreveu com Antunes Varela, 1ª ed. Saraiva (1977), um recorte do artigo publicado no Jornal "A Tarde", de 15.11.87, intitulado "A Economia Política da Liberdade", defendendo o reflexo da privatização, definiu como "uma forma nova de economia pelo recuo do Estado", embora advertindo que "privatizar empresas públicas não consiste, porém, em entregá-las aos grupos econômicos denominados oligopólios. Trata-se de poder, de participação e de adesão, valendo, assim, proposta para que as empresas privatizadas se tornem propriedade dos seus empregados e para que se implante o *acionariado popular*. Ou se constituam *fundações de empresa* em lugar de sociedades anônimas".

Traçou perfis com a exatidão do manejador do zinzal. Orador, fez magníficos discursos; de paraninfa, destaco "A lição de Rui Barbosa" (oração do paraninfo aos bacharéis de 1949), e em homenagem a grandes vultos: "Teixeira de Freitas" (oração proferida na recepção da urna com os restos mortais translados do rio de janeiro). "*In Memoriam* de Aloísio de Carvalho Filho" (oração fúnebre na Reitoria, diante do seu esquife); "*In memoriam* de Edgar Santos" (oração fúnebre pronunciada na Reitoria, diante do esquife do Reitor Edgar Santos).

Inúmeros os pareceres e assídua a colaboração a revistas e jornais nacionais e estrangeiros.

Nos prefácios dos seus livros se revela o mestre preocupado com o ensino do direito, com a aspiração de facilitar a aprendizagem. Assim disse no prefácio do livro "Direitos Reais":

A sua aspiração é facilitar a aprendizagem. Não seria difícil nem penoso compilar abundante material e perpetrar grosso volume, pejado de transcrições e notas, a transpirar erudição, as mais das vezes indigesta.

O propósito sistema seguido foi, porém, o da exposição incita, sem descaramento de incidências críticas. Todo o

esforço se impregnou para conseguir uma condensação que não sacrificasse o essencial. Afinal, síntese e clareza foram os pólos de uma preocupação obsessiva na elaboração do trabalho (*In "Direitos Reais"*, p. IX, 8ª ed. Forense, 1983).

E nos "Contratos" dilucida:

Conserva o compêndio a preocupação da clareza pedagógica. Obsessivamente. Também o autor, como Vicente Ráo, está advertido que a clareza tem o defeito de fazer parecer superficial, mas, do mesmo modo que ele, não infere, desse aviso, a conveniência de ser obscuro para parecer mais profundo (Prefácio da 12ª ed., forense, transcrito na 24ª ed. de 2001, com notas do Prof. Humberto Theodoro Júnior).

Mordaz, o mestre bahiano respondia à crítica dos cultivadores da "erudição de lombada apenas destinada a impressionar o leitor desprevenido" — assim definidos por Varela os que abusam das transcrições e da prática das notas de rodapé de página — como fez no prefácio da última edição da *Alienação Fiduciária em Garantia*, em remoque de visível agastamento:

A monografia foi elaborada, como aconselhava Ferrara, no desejo de bem compreender após muito pensar, concentrando a força mental numa idéia dominante do instituto em estudo. Todo o esforço desenvolveu-se para impugná-la de sentido prático sem preocupação alguma, própria de neófitos e presunçosos, de ostentar erudição fácil, exibir conhecimento de idiomas famanazes ou pretender valorizar o próprio trabalho, perjurando a obra alheia.

Cultor da concisão da forma, da clareza e da lógica do raciocínio, escreveu para ensinar. O fez produzindo livros, pareceres, discursos, trabalhos primorosos cuja leitura permite ao leitor o conhecimento do Direito Civil e do Trabalho. Escreveu com profundo conhecimento da literatura jurídica estrangeira, evitando o pernosticismo da falsa erudição.

Foi um mestre integral que conseguiu "espichar o tempo", como disse o seu filho, nosso colega Márcio Gomes.

Ensinou com gosto, e exemplar dedicação.

Permanecerá ensinando com a vasta obra que produziu. Livros à mão cheia, pareceres, petições, artigos, discursos, em todos os seus trabalhos o pedagogo singular continuará vivo, lecionando a todas as gerações de cultores do direito.

Dele podemos dizer que a morte extinguiu-lhe o corpo mas perenizada ficará a sua memória por quantos se dediquem a promover a Justiça, dentro nos cânones do direito.

Muito Obrigado.